



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Ciências Humana – ICH**

**Departamento de Serviço Social – SER**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**ESTER PASCHOALI VIEIRA**

**O DEBATE RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA.**

**Brasília, outubro de 2022**

**ESTER PASCHOALI VIEIRA**

**O DEBATE RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção de grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Anabelle Carrilho.

**Brasília, outubro de 2022**

**ESTER PASCHOALI VIEIRA**

**O DEBATE RACIAL NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília  
(UnB) como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Anabelle Carrilho da Costa.

Aprovado em 05 de outubro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Anabelle Carrilho da Costa

(Orientadora do Departamento de Serviço Social – UnB)

---

Prof. Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá

(Membro Interno do Departamento de Serviço Social – UnB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucélia Luiz Pereira

(Membro Interno do Departamento de Serviço Social – UnB)

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como o debate racial está inserido na formação dos/as estudantes de Serviço Social, por meio da análise das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social e dos Projetos Políticos Pedagógicos do Currículo de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB. Como objetivos específicos foi determinada a necessidade de verificar a construção das discussões étnico raciais no Brasil e no Serviço Social brasileiro. Além da análise da presença ou ausência do debate racial nas discussões sobre a atualização e revisão curricular do curso de Serviço Social da UnB (SER/UnB). Para realizar a análise, foi utilizado o método de pesquisa documental sob a base de autores negros contemporâneos. A construção do trabalho perpassou pela análise do período escravista e pela resistência da população negra, que construiu o movimento negro. Pelo estudo da construção do mito da democracia racial e as particularidades vivenciadas pelas mulheres negras, bem como pela importância da interseccionalidade. As relações do racismo estrutural e institucional com a universidade e suas consequências para a perpetuação do racismo. No que tange o Serviço Social, foi observado como a questão racial está inserida em momentos marcantes para a categoria, além dos impactos de sua ausência para a formação e atuação profissional. Por fim, foi feita uma análise nos Projetos Pedagógicos do curso de Serviço Social da UnB, a fim de compreender o formato do debate racial e em quais disciplinas. Como resultado foi observado que as próprias Diretrizes Curriculares que guiam a construção da formação acadêmica em Serviço Social não trazem como aspectos centrais na construção das relações sociais os aspectos de raça e gênero. Isso reflete na construção dos PPCs da UnB, que contêm apenas uma disciplina optativa e no fim do curso com enfoque nas dimensões raciais e de gênero, o que comprova a pouca inserção desse debate no SER/UnB. Além da baixa transversalidade dos estudos étnico-raciais, o que compromete a formação dos/as estudantes na compreensão estrutural das desigualdades, compostas pelo sistema racista-patriarcal-capitalista.

**Palavras-chave:** Questão Racial; Projeto Político-Pedagógico; Serviço Social; Universidade de Brasília.

## ABSTRACT

The present work aims to understand how the racial debate is inserted in the formation of the students of Social Work, Through the analysis of the General Guidelines for the course of Social Work and the Political Pedagogical Projects of the Curriculum of Social Service of the University of Brasília - UnB. As specific objectives was determined the need to verify the construction of ethnic racial discussions in Brazil and Brazilian Social Service. In addition to the analysis of the presence or absence of racial debate in the discussions on the updating and curriculum review of the course, as well as the transversality of the racial agenda in the subjects of the Department of Social Work of UnB - SER/ UnB. To perform the analysis, we used the method of documentary research based on critical racial studies. The construction of the work went through the analysis of the slave period and the resistance of the black population, which built the black movement. By studying the construction of the myth of racial democracy and the particularities experienced by black women, as well as the importance of intersectionality. And finally by the relations of structural and institutional racism with the university and its consequences for the perpetuation of racism. With regard to Social Work, it was observed how the racial issue is inserted in remarkable moments for the category, in addition to the impacts of its absence for training and professional performance. Finally, an analysis was made in the Pedagogical Projects of the Social Work course of UnB, in order to understand the format of the racial debate and in which disciplines, beyond the transversality between the contents. As a result it was observed that the Curriculum Guidelines that guide the construction of academic training in Social Service do not bring as central aspects in the construction of social relations the aspects of race and gender. This reflects in the construction of the PPCs of UnB, which contain only an elective discipline and at the end of the course with a focus on racial and gender dimensions, which proves the low insertion of this debate in SER/ UnB. In addition to the low transversality of ethnic-racial studies, which compromises the formation of/students in the structural understanding of inequalities, composed of the racist-patriarchal-capitalist system.

**Keywords:** Racial Issue; Political-Pedagogical Project; Social Work; University of Brasília.

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL SEGUNDO O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	42
--	----

**LISTA DE SIGLAS**

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ADAC – Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas
- CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CCN – Centro de Convivência Negra
- CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
- CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CFSS – Conselho Federal de Serviço Social
- DEM- Partido Democratas
- DESSE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
- ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social
- FNB – Frente Negra Brasileira
- GTP – Grupos Temáticos de Pesquisa
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB – Lei de Diretrizes Brasileiras
- MNU – Movimento Negro Unificado
- NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
- PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
- PPC – Projeto Pedagógico do Curso
- REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SER – Departamento de Serviço Social
- TEN – Teatro Experimental do Negro
- UnB – Universidade de Brasília

## **Agradecimentos**

Agradeço e dedico este trabalho inteiro à pessoa que eu mais amo nesse universo, Susana Paschoali. Mãezinha, que você saiba que nada disso seria possível sem seu apoio e afeto, que construíram a mulher que sou hoje. Nos momentos mais desafiadores dessa jornada foram suas palavras carregadas de amor que me deram forças para continuar, você que sempre acreditou em mim, mesmo quando eu já havia desistido. Você é minha fortaleza! A mulher que criou quatro filhos, sobreviveu à violência em diversos formatos e ainda assim não perdeu a fé. Eu sei que carrega batalhas internas e diária, que tem dia que é difícil, mas que nós possamos resistir.

Agradeço aos meus irmãos queridos, Mirela Paschoali e Felipe Paschoali, que me ensinam diariamente a importância da família e que privilégio o meu vir a esse mundo com integrante da nossa. Nossas conversas e conselhos me tornam uma pessoa cada vez melhor.

Mirela, obrigada por aguentar minhas incertezas nessa jornada e me acolher, por acordar cedo para me acompanhar até a parada, pelas palavras de apoio e por ser minha primeira amiga.

Felipe, agradeço a preocupação e disposição para auxiliar nesse processo. Antes de se tornar pai você já tinha vivenciado a paternidade, mesmo que sem querer. Me inspiro em sua determinação. Agradeço a minha cunhada, Júlia Dantas, a quem eu já admirava muito antes de se tornar mãe, pois traz posicionamentos firmes e reflexivos. Agradeço a minha sobrinha, Clara Dantas, que me recarrega as energias com seu sorriso banguela e babado.

Agradeço ao meu irmão, Artur Paschoali, que não se faz presente em carne, mas sei que em espírito acompanha minha jornada. Eu sinto sua presença em cada vez que ousei desafiar meus medos e seguir minha intuição.

Agradeço a minha melhor amiga, Elise Mary, que me tira risadas sinceras e tem os melhores conselhos do mundo. Por mais que nossa presença física tenho sido menos nesses últimos meses, você está sempre em meus pensamentos. Te amo e te admiro demais.

Agradeço a meu namorado, Victor Felix, por ser tão amoroso, me acalmar com suas palavras e compreender quando por muitas vezes estive ausente para escrita desse trabalho.



Agradeço a minha querida orientadora, Anabelle Carrilho, com quem eu aprendi tanto nesses últimos semestres, seus ensinamentos e compreensão foram essenciais para que eu conseguisse terminar esse trabalho.

Agradeço a professora Lucélia Luiz Pereira e ao professor Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá, por comporem a banca e contribuírem no meu crescimento e formação.

Agradeço aos parentes, amigos e professores que auxiliaram na formação de quem eu sou. Reconheço minha força em persistir e seguir mesmo diante das dificuldades, mas sozinha eu não seria capaz. Obrigada.

**Sumário**

Agradecimentos .....	8
Introdução .....	11
Capítulo 1 - Questão Racial no Brasil .....	13
1.1 Escravização da população negra no país, resistências e lutas históricas e atuais. ....	13
1.2 O mito da democracia racial.....	18
1.3 Mulheres negras, feminismo negro e interseccionalidade.....	22
Capítulo 2 - Serviço Social e Questão Racial.....	26
2.1. Universidade e o racismo estrutural e institucional.....	26
2.2. Inserção e debate da questão racial no Serviço Social .....	31
2.3. A construção das Diretrizes Curriculares de Serviço Social .....	35
Capítulo 3 - Análise do currículo de Serviço Social no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília e a presença do debate racial.....	39
3.1. Entendendo os impactos da reforma curricular de 1982 e das Diretrizes Curriculares de 1996 no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. ....	39
3.2. O Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília	43
3.3 Observações acerca do atual currículo do Departamento de Serviço Social e as principais temáticas abordadas.....	48
Considerações Finais .....	52
Referências Bibliográficas.....	55

## **Introdução**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação do Serviço Social tem por tema “O debate racial na formação em Serviço Social na Universidade de Brasília” e objetiva analisar como e se o debate racial se faz presente no currículo e nas disciplinas ofertadas pelo Departamento de Serviço Social da UnB, com o intuito de discutir a (in)suficiência da temática no período de formação dos/as estudantes.

Para entender a importância de se incluir o estudo racial nos espaços educativos, é necessário traçar a diáspora e a forma como foram construídas as relações sociais e raciais no país. Colonizadores transformaram em mercadoria negros africanos, apagando de forma brutal toda cultura desse povo e usando da premissa de que a escravização era também um processo civilizatório e benéfico para os escravizados. Foram mais de três séculos marcados por lutas de resistência e movimentos abolicionistas que são fonte de inspiração para o movimento negro atualmente.

É importante ressaltar a vivência das mulheres negras escravizadas, vítimas de uma violência extrema com diversos tipos de abusos físicos, psicológicos e sexuais, e que apesar de serem vítimas de tantos ataques, pouco se é produzido sobre o tema. Gênero e raça são componentes que dialogam entre si na construção da sociedade brasileira, fazem parte da forma com as relações sociais são vividas e colocadas na estrutura social, ser mulher e negra no Brasil é carregar uma bagagem extensa de desafios e luta.

O tema do trabalho foi motivado por questões vivenciadas durante o período de graduação, em momentos em rodas de conversa, sala de aula e nos espaços coletivos da universidade, em que os alunos do curso se reuniam para fazer trocas de conhecimento e muito se pautava a vontade de debater ainda mais as questões de gênero e raça. A fim de atender essa demanda, foram organizadas algumas atividades temáticas dentro do centro acadêmico do curso com exibição de filmes, convidados especializados no tema, nos quais foram construídos alguns grupos de estudos, que demonstravam cada vez mais como classe e raça são questões estruturantes que dialogam entre si e não podem estar posicionadas de forma secundária em quaisquer espaços, pois quando assim feito pontos essenciais para o entendimento das relações sociais são omitidos.

Objetiva-se de forma geral analisar o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social – PPC com o intuito de compreender como o debate racial está presente no currículo e nas

disciplinas ofertadas na graduação pelo departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Os objetivos específicos se dividem em três, sendo eles: Realizar um estudo da trajetória da construção das relações raciais no Brasil e as discussões étnico raciais no Serviço Social brasileiro, bem como as lutas referentes a esses processos; instruir-se acerca das Diretrizes Curriculares do Serviço Social e do Currículo Mínimo de 1982 e por fim, observar e analisar a presença/ ausência dos debates raciais no currículo e nas disciplinas de Serviço Social da UnB.

Para realização do trabalho foi adotada como metodologia a pesquisa documental em consonância com estudos raciais contemporâneos para fundamentar a análise do Projeto Político Pedagógico dos cursos de Serviço Social diurno e noturno da Universidade de Brasília, além das ementas de disciplinas ofertadas pelo departamento de forma obrigatória e optativa, todos disponíveis via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA. O caráter usado para selecionar as disciplinas analisadas foi com base nos Núcleos de Fundamentação, que são indissociáveis. Durante a pesquisa documental, foram definidas as disciplinas que poderiam ter relação com a temática racial. Algumas palavras-chave foram utilizadas na pesquisa documental, como “raça” e “etnia” em conjunto a leitura qualificada em busca da temática nos documentos. Também se fez necessária a leitura e análise do currículo mínimo de 1982 e das Diretrizes Curriculares de 1996, documentos que contribuíram na construção do PPP, dispostos no site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

Entendendo o Serviço Social como uma profissão interventiva, crítica e atuante diretamente nas expressões da questão social, o presente trabalho pretende debater e confirmar através da análise documental, a necessidade de um currículo que pautar com maior intensidade as temáticas de raça e de gênero de forma transversal e obrigatória.

Para essa discussão, o primeiro capítulo tem por tema a análise do período escravista e as lutas de resistência da população negra e o desenvolvimento do movimento negro, bem com a construção do mito da democracia racial no Brasil e os processos vivenciados pelas mulheres negras em uma sociedade construída a partir da violência, além da importância da interseccionalidade. No segundo capítulo, fazendo relação com a universidade, traçou-se um paralelo da relação entre racismo institucional e as instituições de ensino superior, e de forma mais focal como esse debate está inserido no Serviço Social e qual a relação da questão social com o Serviço Social. Ainda no segundo capítulo, está o processo de construção do das Diretrizes Curriculares.

O terceiro e último capítulo, traz os impactos da tão importante reforma curricular de 1982 e das Diretrizes Curriculares de 1996 na reformulação do currículo de Serviço Social da UnB, além da análise do Projeto Político Pedagógico dos cursos diurno e noturno, no que tange à temática racial, entendendo os impactos da omissão dos aspectos raciais e de gênero na formação e construção de sujeitos profissionais

O presente trabalho apesar do enfoque nas discussões raciais, compreende como aspecto indispensável para o Serviço Social a transversalidade, entendendo que as temáticas raciais, de gênero e classe dialogam com as disciplinas do curso. A formação em Serviço Social visa a capacitação crítica, interventiva e comprometida com a classe trabalhadora, com base nesses princípios a transversalidade se faz essencial na compreensão das dimensões raciais e de gênero.

## **Capítulo 1 - Questão Racial no Brasil**

### **1.1 Escravização da população negra no país, resistências e lutas históricas e atuais.**

A construção das relações sociais no Brasil fez com que se alastrasse uma falsa ideia de que o período escravagista foi brando e sem muita resistência dos povos explorados, fato esse que pode ser comprovado não só pela hegemonia desse discurso no Brasil, como também pela pouca produção no que diz respeito aos movimentos sociais de resistência do povo negro comparado às produções a respeito do sistema econômico imposto pelos colonizadores.

Para dar abertura ao tema, é necessário o infeliz exercício de revisitar o Brasil Colônia, em 1500, povos portugueses chegaram às terras brasileiras já habitadas por povos indígenas, que, apesar de já terem uma cultura propriamente formada, foram submetidos a um processo de exploração dito como “civilizatório”, com um forte aspecto religioso. A religião Católica exerceu um papel de doutrinação e “libertação” das crenças religiosas que se tinham no Brasil até então, desrespeitando e negando a possibilidade de se desenvolver qualquer outro tipo de espiritualidade, pois o catolicismo já era disseminado como a principal e mais verdadeira matriz entre as crenças, dando início ao intenso ciclo de intolerância religiosa que se perpetua até os dias de hoje. Como observa Portela,

Por um lado, os indígenas deveriam ser tratados pacificamente, com o fim de convertê-los ao catolicismo. Por outro, eram mão de obra essencial para o

desenvolvimento da colônia e deveriam estar submetidos aos portugueses. (PORTELA, 2014, p. 46.)

Com o tempo, foi necessária a substituição da mão de obra indígena para a mão de obra escravizada, alguns fatores podem ser apontados para justificar essa transição, dentre eles o decréscimo da população indígena, que ao entrar em contato com os brancos, contraiu doenças para as quais ainda não tinha imunidade e não recebia o devido tratamento, além disso, o genocídio da população indígena nas revoltas e resistências à violência dos colonizadores. A necessidade de reorganizar e aumentar a produção açucareira também foi levada em conta no início da exploração dos povos africanos no Brasil, já que não era a primeira vez que os colonizadores implementavam o sistema escravagista. Esse processo aconteceu de forma diversificada em cada região do país, de acordo com as necessidades econômicas, mas há de se destacar que,

O debate acerca do uso da mão de obra indígena, ao contrário, aconteceu praticamente durante todos os três séculos de colonização da América portuguesa. Inúmeras leis, decretos e ordens régias proibiam a escravidão dos índios, embora isso não tenha impedido a exploração e a escravização de muitos indígenas. [...] Quando se trata de africanos, porém, a história é outra, ao menos no que diz respeito às políticas e à legislação portuguesa, pois, na prática, certamente africanos e ameríndios foram os dois grupos que mais sofreram discriminação e abusos na época colonial. (PORTELA, 2014, p.143.)

Existem convergências acerca da data exata em que se inicia o tráfico negreiro no Brasil, segundo alguns historiadores, em 1549, foi concedida por D. João III a autorização de que cada colono pudesse importar até 120 escravos, o que gerou contestações por acharem o número insuficiente. (MOURA, 1988.) O que se pode afirmar é que, como traz Moura (1988), o número de negros traficados foi aumentando gradualmente com o passar dos anos, ao observar que em 1583, a estimativa era de 57.000 habitantes, dentre eles, 14.000 negros, já em 1798, em uma população de 3.250.000 habitantes havia um total de 1.582.000 escravos, divididos entre pardos e negros.

A trajetória da população africana no Brasil passou por um histórico violento de ruptura das relações culturais, religiosas, políticas e econômicas já formadas em território africano. A estrutura das sociedades africanas era indiferente para os colonizadores, até porque a cultura

europeia foi decretada como a única a ser reproduzida nas terras brasileiras, sendo justificável como um grande processo educador dos povos “inferiores”.

Em termos econômicos, os corpos negros exerciam um papel fundamental para a economia do país, uma vez que o auge do escravismo coincide com o auge da exportação do açúcar para o mercado internacional (MOURA, 1992.) e mesmo como maiores produtores da riqueza, povos negros não tinham acesso nenhum aos resultados da sua produção, muito pelo contrário, a população negra foi vítima de uma desumanização intensa e um processo de coisificação.

Apesar das incansáveis tentativas de apagamento dos povos africanos, eles encontraram formas de resistência e demonstração de sua imensa bagagem cultural, se materializando como os principais opositores do sistema escravagista. O movimento negro pode ser definido como,

A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007, p.101)

Os mecanismos de defesa das raízes africanas que se constituíram como resistência podem ser observadas na cultivação dos aspectos culturais como danças, religião, oralidade e outros que já se caracterizam como o início do movimento negro mesmo sem a conscientização propriamente organizada dessa movimentação. De forma precária e ilegal, o movimento negro foi tomando forma no período escravagista, rebeliões de ações coletivas e/ou individuais, insurreições e ações de rebeldia se qualificavam com capacidade para desestabilizar o sistema vigente que como forma de repressão fazia o uso de ainda mais violência.

A quilombagem se caracteriza como um formato de resistência bastante representativo, consistia na fuga de negros foragidos para um ponto isolado, o quilombo, que além de um espaço físico, representa um lugar de trocas, acolhimento e encontro entre similares. Moura destaca que,

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (MOURA, 1988, p. 87.)

Moura pontua o quilombo como um agente de mudança social, peça fundamental para a destruição do sistema escravista, sendo o precursor do movimento liberal abolicionista em todo território nacional. Protagonizado pela população negra escravizada, o movimento abolicionista tem início em toda forma de resistência ao processo de colonização e escravização, como as fugas, as rebeliões, o quilombo, as insurreições e todos os outros processos de luta que compõem a libertação dos povos escravizados, como compositores do movimento abolicionista, Moura em sua obra “Rebeliões da Senzala” divide o movimento em duas alas:

“De um lado militavam aqueles que pertenciam à ala moderada do movimento, chefiada por Joaquim Nabuco; do outro, estavam os mais radicais, como Silva Jardim, Luís Gama, António Bento, Raul Pompéia e inúmeros mais. (...) A primeira ala dos abolicionistas tinha como método de reivindicação não a organização dos escravos, mas o trabalho de mostrar às classes dominantes do Império os prejuízos morais da escravidão. (...) A outra ala abolicionista — que poderemos chamar de radical — dirigia por sua vez as vistas e atividades cotidianas mais para os próprios escravos do que para os enteveres jurídicos, organizando-os para que lutassem com as próprias forças contra o cativo.” (Moura, 1998, p. 42 e 43.)

Muitas foram as oposições ao movimento abolicionista, grandes fazendeiros já acomodados ao sistema de opressão vigente pouco se interessavam e encontravam ainda retóricas para o fim do sistema escravagista, argumentando que a substituição pela mão de obra assalariada iria demandar mais gastos do que a mão de obra escravizada. Porém o crescimento do movimento abolicionista protagonizado pela população negra organizada, em concomitância ao processo externo de troca de sistema exploratório, contribuíram para a desconstrução do sistema escravagista no Brasil.

Em virtude do que foi mencionado, entende-se que o fim da escravização no Brasil não é resultado da benevolência da princesa Isabel em assinar a Lei Áurea, mas sim consequência de um conjunto de fatores externos e internos que resultaram em um novo cenário para a população negra, agora livre, mas em completo desamparo. Em constante luta, o fim da escravização não significou o fim da desigualdade racial e muito menos da discriminação, colocados à margem da sociedade brasileira, negros recém livres encontraram entre si a necessidade de se organizar socialmente e politicamente para a conquista de espaço na comunidade. A denominada imprensa negra é capaz de exemplificar essa organização, são jornais produzidos pelo povo negro, que como cita Domingues,

“(...) enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma



tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.” (DOMINGUES, 2006, P.105)

Domingues traz em seu artigo, escrito em 2006 e publicado em 2007, “*Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*” a trajetória do movimento negro, sua formação, etapas, reivindicações e avanços. Como aponta Domingues, a Frente Negra Brasileira (FNB) representou a primeira organização do movimento negro com um viés político mais intencional. Fundada em 1931, em São Paulo, foi considerada uma das maiores entidades negras do país composta por muitas mulheres negras que atuavam na produção de festas e trabalhos assistencialistas. Após um tempo se transformou em partido político, e apesar de algumas conquistas para a população negra e a criação do jornal “A voz da Raça”, a FNB foi anulada com a instauração do Estado Novo em 1937.

Abdias do Nascimento liderou uma grande representação para o movimento negro. O Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, além de demonstrar um papel essencial para o teatro protagonizado pelos corpos negros, se consolidou como movimento também político com a publicação do jornal “O Quilombo”, a construção do Instituto Nacional do Negro e os diversos avanços em prol da conquista de espaço para a população negra.

O TEN visava a estabelecer o teatro, espelho e resumo da peripécia existencial humana, como um fórum de ideias, debates, propostas, e ação visando à transformação das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos campos de sua cultura, economia, educação, política, meios de comunicação, justiça, administração pública, empresas particulares, vida social, e assim por diante (NASCIMENTO, 2004, p. 221.)

Infelizmente, o início da ditadura militar em 1964 contribuiu para o desmanche do TEN e muitas outras organizações do movimento negro, mas deixou seu legado marcado como um fermento provocativo, uma aventura da experimentação criativa, propondo caminhos inéditos ao futuro da população negra, ao desenvolvimento da cultura brasileira. (NASCIMENTO, 2004)

Os movimentos sociais em geral se desestabilizaram com a instauração da ditadura militar (1964-1985) marcada por repressão e violência a qualquer forma de resistência à política

implementada. O movimento negro só conseguiu se reorganizar de forma mais popularizada na década de 1970, com destaque para o Movimento Negro Unificado que, como bem coloca Domingues,

O MNU foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a consequente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. (DOMINGUES,2006, p. 112.)

O Movimento Negro Unificado representou o início de uma consciência racial mais bem estruturada, entendendo o sistema capitalista como reprodutor do racismo e da exploração da classe trabalhadora, composta majoritariamente por pessoas negras. Em constante luta, a população negra lida diariamente com a pauta racial e os formatos que o racismo encontra para se perpetuar na sociedade brasileira.

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. (ALMEIDA, 2018, p. 53)

Apesar dos avanços históricos no debate da temática racial, ainda é preciso lidar com o fato da popularização do mito da democracia racial, que traz o apagamento da luta contra o racismo, embasado na teoria de que a miscigenação não permite que o Brasil seja palco de práticas racistas.

## **1.2 O mito da democracia racial**

Perdura no Brasil uma divisão racial entre brancos e negros, durante quase quatro séculos, negros foram oficialmente explorados e brancos exploradores e detentores das riquezas produzidas pelas mãos negras. Após o fim da escravidão no Brasil, em 1888, a população negra ficou à margem da sociedade brasileira, sem quaisquer perspectivas de ingresso no mercado de trabalho.

Segundo Moura, esse fator deve-se por dois motivos, o primeiro diz respeito ao processo de alienação ao qual o negro escravizado foi inserido, uma vez que o sistema de produção fazia

com que houvesse uma separação de acesso aos bens por ele produzidos e vendidos, pois ele mesmo também era uma mercadoria. Essa lógica impedia a população negra escravizada de ver-se e elaborar valores de contestações globais e racionais ao sistema (MOURA, 1977). O segundo motivo, é a forma como o trabalho escravizado tinha um caráter rotineiro, pois como uma mercadoria, o escravizado era uma força de trabalho que poderia ser reposicionada e por isso os senhores de engenho não tinham interesse em aumentar a produtividade ou aperfeiçoar a mão de obra escravizada. A população negra recém liberta teve que lidar com uma nova realidade sem qualquer política que a amparasse e a integrasse no novo sistema econômico. Ademais, como destaca Moura:

Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da Abolição se encontrava no seu centro, recebeu, imediatamente um impacto oriundo da concorrência de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender sua força de trabalho: o imigrante. (MOURA, 1977, p.29-30)

As campanhas de incentivo à imigração para o Brasil começam muito antes do movimento abolicionista, a imigração era tida como parte do processo civilizatório com mais destaque a partir do século XIX. O agravamento desse povoamento veio com a instauração de um novo sistema econômico no Brasil, o fim da escravidão representava uma ameaça à elite brasileira que temia a construção de um país predominantemente negro. As políticas de incentivo a imigração aumentavam cada vez mais e com elas o aumento da população estrangeira no Brasil,

De 1901 a 1920 – em dezenove anos, portanto – São Paulo recebeu 890.968 imigrantes e trabalhadores nacionais, entrando os últimos com um contingente de 67.326. Isto quer dizer que no período considerado entraram 823.642 imigrantes estrangeiros para participar da economia paulista em expansão. (MOURA, 1977, p. 32.)

Os estrangeiros que na Europa compunha o exército industrial de reserva, vem ao Brasil se tornar trabalhador assalariado. Os imigrantes, nesse contexto, vindos principalmente de países europeus como Itália, incentivados pelas promessas de terras e oportunidades trabalhistas do Brasil, receberam um tratamento totalmente diferente dos ex-escravos. Não se cogitou considerar o negro como trabalhador livre – esse papel já pertencia “naturalmente” ao branco europeu. (LOPES, 2010.)

Os imigrantes chegam às terras brasileiras não só para ocupar um espaço no mercado de trabalho, mas também com o objetivo de embranquecer a população brasileira,

Aí está a expressão mais acabada das condições de formação do povo: a mestiçagem pensada como verdade antropológica insofismável que influenciou o caráter nacional em todas as suas dimensões, inclusive a literária, não obstante o sentido de inferioridade presente na sua concepção, de certa forma superável pela possibilidade futura do branqueamento fenotípico. (SEYFERTH, 2002, p.130)

O pensamento disseminado pela elite brasileira e pesquisadores da época era embasado, segundo Seyferth (2002) na ideia já fixada de que negros e indígenas eram raças inferiores e que com o fim do tráfico negreiro haveria uma diminuição de cruzamento entre ambas as raças, além disso, com o aumento da imigração o aumento do cruzamento entre negros, brancos e indígenas formaria um perfil brasileiro carregado de heranças brancas e cada vez menos associado aos povos que já habitavam e os que construíram o Brasil.

Alguns aspectos que contribuíram para a construção do mito da democracia racial, além da forte política a favor da mestiçagem, foram a não responsabilização pelas condições em que a população negra foi colocada pelos brancos e até mesmo a culpabilização pela condição precária em que se encontravam trabalhadores e trabalhadoras negros e negras livres, pois seu status era única e exclusiva responsabilidade deles, até porque agora as condições eram “iguais” para todos. Com a propagação dessas ideias, não existia espaço para debater o racismo ou a desigualdade racial, pois para todos os aspectos ela não existia. Um fator que contribuiu para a maior ideologia da democracia racial foi a constante comparação com a situação vivenciada nos Estados Unidos, usada como um medidor para justificar como o processo racial no Brasil pode ser considerado brando.

Usado ainda hoje como justificativa para negar o racismo presente no Brasil, exposto como uma bela obra de arte, a “mistura” da sociedade brasileira, a miscigenação foi um processo que,

Nada mais foi do que a mais desbragada exploração sexual da mulher escrava, no nosso caso particular da negra. Esse intercuro sexual, que, muitos sociólogos apresentam como virtude do colonizador que dessa forma se teria mostrado democrata e compreensivo é outro mito que precisa ser desmontado nas suas diversas partes e desmistificado. (MOURA, 1977, p. 57)

As mulheres negras ocuparam um lugar ainda mais subalterno no processo de construção da sociedade brasileira, posicionada abaixo de homens negros e mulheres brancas. Essa discussão se estenderá mais adiante, porém, não deixa de ser extremamente relevante

pontuar a objetificação da mulher negra no processo de miscigenação no Brasil. Temendo um Brasil marcado com as características indígenas e negras, a elite brasileira iniciou uma política de embranquecimento da população que se embasava no que Nascimento expõe,

O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. E isto foi recebido com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (NASCIMENTO, 1978)

Abdias do Nascimento, em 1978, traz dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa – IBGE, que comprovam o aumento da população mulata, o termo utilizado na época, no período entre 1872 e 1950. Em 1872 a população branca representava 38% da população total do Brasil, já em 1940 os brancos representam 63% da população brasileira, ao passo que pretos em 1872 ocupavam 42% da população, e em 1940 representavam 21% da população. Importante ressaltar que por consequência do racismo estrutural e da disseminação do mito da democracia racial que se constitui no Brasil nem sempre os mulatos se reconheciam como tal, tendendo a se identificar como brancos.

A concretização do processo de embranquecimento no Brasil, em soma com o apagamento da cultura africana e negra, perpetuou o mito da democracia racial, que reproduz que brasileiros não se distinguem por cor e ignora a existência da desigualdade racial, considerando esse fator indiferente para construção da sociedade brasileira. O movimento negro com muita resistência, lutou e ainda luta contra esse ideário sempre remarcando a importância da cultura afro-brasileira, reivindicando por um Brasil antirracista e por políticas de reconhecimento da população negra como, por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN, que tem como objetivo geral “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS” (BRASIL, 2007). Na educação, a lei de cotas (12.711/12) representou um avanço na inserção de estudantes negros nos espaços de ensino.

Apesar dessas conquistas, não se pode olvidar que o Brasil nunca deixou de ser um país racista e que o racismo nunca deixou de existir, apenas criou formas de se perpetuar na sociedade, como pontua Almeida,

a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa muitas vezes renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença diante da igualdade racial sob o manto da democracia. (ALMEIDA, 2019, p. 184)

A luta no combate ao racismo tem um longo caminho pela frente, o mito da democracia racial ainda se faz presente e o não entendimento da desigualdade racial como parte intrínseca e estrutural da sociedade brasileira dificulta a ascensão de medidas de enfrentamento.

### **1.3 Mulheres negras, feminismo negro e interseccionalidade**

O lugar que as mulheres ocupam na sociedade brasileira é, majoritariamente, de exclusão e inferiorização. Por tempos, enquanto os homens brancos atuavam no sistema econômico e político do país, acumulando as riquezas produzidas pelos homens negros, as mulheres brancas eram responsáveis pelo matrimônio e a criação dos filhos, ao passo que as mulheres negras nunca puderam ocupar esse lugar, pois estavam inseridas em trabalhos precários passando por situações de violência, racismo e sexismo.

O período pós abolição, trouxe novas configurações para as mulheres negras recém libertas, que tomaram a frente de seus grupos familiares, acumulando funções referentes a atividades domésticas e trabalhos pesados que gerariam condições financeiras mínimas para subsidiar suas famílias.

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca (GONZALEZ, 2020, p. 34)

Mulheres negras foram posicionadas na base da pirâmide social, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é marcada não só pela divisão sexual do trabalho, mas também pela divisão racial do trabalho, fazendo com que a população negra faça parte da maior porcentagem de desempregados do Brasil. Segundo o IBGE, no segundo semestre de 2022 a taxa de desocupação foi de 9,3%, onde a taxa de desocupação por **cor ou raça** ficou abaixo da

média nacional (9,3%) para os brancos (7,3%) e acima para os pretos (11,3%) e pardos (10,8%) (IBGE, 2022). Divisão sexual do trabalho atribuiu o cuidado do lar para a mulher, função, quando não invisível, tida como de pouco valor social. (SOUSA e GUEDES, 2016) essa divisão se caracteriza por relações de poder. A divisão racial do trabalho é observada desde o escravismo, esse período deu estrutura para que hoje trabalhadores/as negros/as ocupem posições no mercado de trabalho mais precárias, com salários mais baixos. As mulheres negras são vítimas de discriminações raciais e sexistas, foram socialmente e economicamente posicionadas em classes sociais baixas, ocupando lugares marcados por violência e subalternização que, justificados na classe, só se encontram corpos negros, fatos esses oriundos da constante tentativa de apagamento da população negra.

No Brasil, o movimento feminista foi responsável por diversos avanços em âmbitos políticos, sociais e econômicos, por meio de muita luta e organização do movimento social, porém, como pontua Carneiro,

Em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p.118.)

Para as mulheres negras se inserir no movimento feminista, se faz impossível pela forma como o movimento foi construído, eurocêntrico e sem a inserção da raça como um dos fatores determinantes para a construção das relações sociais no Brasil, uma grande consequência da disseminação do mito da democracia racial. Além disso, as problemáticas vivenciadas pelas feministas brancas não contemplavam as mulheres negras, Gonzalez narra que por muitas vezes mulheres negras reivindicaram a necessidade da incorporação de suas perspectivas raciais no movimento feminista, mas eram assimiladas a formas de vingança, cobrança e falas emocionais. Como pontua Gonzalez (2020),

O que não se percebe é que, no momento em que denunciamos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. (GONZALEZ, 2020, p. 36)

Dentro de uma mesma sociedade, mulheres brancas e negras ocupam lugares totalmente diferentes. Mulheres negras começaram então o próprio movimento com críticas ao feminismo branco e trazendo suas próprias reflexões, a partir da perspectiva de quem está posicionada na base da pirâmide social. No Brasil, a partir de 1980, o feminismo negro começa a se consolidar, como pontua Rodrigues e Freitas,

a ideia das opressões cruzadas e indissociáveis de gênero, raça e classe já fazia parte do repertório discursivo das mulheres negras brasileiras desde os anos 1970 e 1980, período em que muitas integrantes do que viria a se constituir como um movimento autônomo começaram suas atividades, em uma dupla militância junto a coletivos de mulheres e de negros brasileiros, os quais reemergiram na década de 1970. (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p.4)

Durante as décadas de 1970 e 1980, intelectuais negras atuaram na construção do pensamento e prática da teoria do feminismo negro, Cristiano Rodrigues e Viviane Freitas destacam o Congresso de Mulheres Brasileiras, em 1975, que contou com a apresentação do documento *O manifesto das mulheres Negras*, desenvolvido por feministas negras, trazendo reflexões acerca das violências vivenciadas por mulheres negras. Outros grupos formados por mulheres negras passaram a se organizar nos anos seguintes e em diversas regiões do Brasil, o feminismo negro brasileiro foi tomando forma. Mulheres negras foram se inserindo com muita luta em espaços políticos falando sobre direito reprodutivo, saúde da população negra, igualdade racial e de gênero e muitos outros aspectos que permeiam o dia a dia da mulher negra.

Para a construção de um feminismo que abarque as particularidades de diferentes mulheres é preciso compreender a estrutura da sociedade e a forma como alguns parâmetros influenciaram na construção do que é vivenciado hoje, por isso é impossível que o movimento feminista faça uma luta efetiva pela igualdade de gênero, sem que contemple as diversidades no gênero, incluindo as dimensões raciais e de classe, abarcando a particularidade de diferentes mulheres indígenas, trans, lésbicas e outras, incluindo e considerando as especificidades que vivem. O processo que o feminismo negro propõe, de analisar gênero, raça e classe sem hierarquia, pode ser entendido por interseccionalidade, e é definido por Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que



estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

As conjunções entre sexismo, racismo e classe social, constroem e reproduzem as relações de desigualdade social, pois ainda que uma mulher preta viva em um condomínio de luxo e tenha condições financeiras que possibilitem uma vida estável, ela será vítima do racismo e do patriarcado que estruturam as relações sociais, como quando essa mesma mulher preta é confundida pelos vizinhos com a empregada ou associada às riquezas do marido, pois uma mulher preta não é considerada hábil a permear esse espaço.

Collins (2017) analisa a importância de os movimentos sociais aderirem a uma análise interseccional da sociedade entendendo que no contexto do movimento social, a sinergia entre as ideias de interseccionalidade como um projeto de conhecimento, bem como sua organização estrutural e aspirações, se reforçam uma à outra. (COLLINS, 2017, p9.)

Patricia Hill Collins (2017) em seu ensaio “*Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*” pontua algumas reflexões sobre a inserção das ideias de interseccionalidade na academia a definindo como tradução imperfeita. A autora relembra que os movimentos sociais não lutaram para a inserção de mulheres de cor nas academias e que quando entraram nas universidades, elas trouxeram consigo uma carga de sensibilidade dos movimentos sociais, lidando também com as divergências éticas no espaço acadêmico. Estudos de raça, classe e gênero passaram a investigar suas correlações, porém esse processo resultou em uma disputa por espaço e legitimidade na academia,

Especificamente, à medida em que a incorporação acadêmica ocorreu, estratégias e argumentos associados a estudos de raça/ classe/ gênero se deslocaram. As políticas confusas dos estudos de raça/ classe/ gênero associados aos movimentos sociais se reformularam como um campo de estudo acadêmico mais reconhecido. Essa fase provisória dos estudos de raça/ classe/ gênero se tornou suplementar ao longo do tempo à sexualidade, idade, habilidade, etnia e religião. Ainda dessa forma flexível, com uma lista cada vez maior de divisões sociais, foram criadas categorias deste campo interdisciplinar crescente, dentro das dificuldades acadêmicas. (COLLINS, 2017, p. 10)

A pesquisadora analisa diversos pontos do artigo de Crenshaw (1991), citado anteriormente. Collins descreve que o artigo mostra que,

os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia. (COLLINS, 2017, p.11)

A interseccionalidade é marcada por ser uma ferramenta importante de análise, realmente inclusiva, compreendendo o cerne das formas de opressão e exploração e seus impactos nas estruturas sociais. Os movimentos sociais como parte desse processo também precisam compor essas análises, sejam acadêmicas ou não. Mais adiante, ao analisar a forma como a Universidade de Brasília e o Serviço Social atuam (ou não) em uma perspectiva interseccional, essas reflexões auxiliarão na compressão dos processos acadêmicos.

## **Capítulo 2 - Serviço Social e Questão Racial**

### **2.1. Universidade e o racismo estrutural e institucional.**

Como já expresseo no capítulo anterior, as relações sociais, culturais, econômicas e políticas no Brasil se formaram através da exploração de uma raça sob as outras, construindo uma sociedade estruturalmente racista através da naturalização do racismo, condição proporcionada pelo mito da democracia racial que gera a omissão da necessidade do debate racial.

No Brasil, o racismo é comumente percebido como uma questão individual e esporádica caracterizada pela discriminação em seu formato mais agressivo e disseminada por indivíduos atrasados que ainda não entenderam que “somos todos iguais”, essa percepção é vista como um problema moral que deve ser combatido com as leis e indenizações que já são consideradas suficientes. Almeida aponta que,

Sob este ângulo, não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de maneira indireta, manifesta-se, principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais formas de enfrentamento do problema. (ALMEIDA, 2018, p. 25)

Esse pensamento é perigoso, pois exclui a necessidade de um olhar amplo sobre o racismo, com a responsabilização do Estado e da sociedade como reprodutores da lógica racista. A insuficiência desta concepção pode ser confirmada pelos dados de desigualdade racial no Brasil. Os resultados do estudo “Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil” (IBGE, 2018), demonstram que em 2017, no Brasil, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7 mais chances

de ser vítima de um homicídio intencional do que uma pessoa branca, já os resultados de outro estudo realizado pelo anuário brasileiro de segurança pública revelam que, em 2021, 62% das vítimas de feminicídio no Brasil foram mulheres negras. O racismo não se trata apenas de uma questão moral e deve ser pensado em sua amplitude levando em conta toda a sua relação com a questão política, econômica, social, de gênero e de classe.

Pretos e pardos e, principalmente as mulheres negras, estão em condição de desvantagem em relação à população branca, desvantagens essas que não se explicam apenas no racismo individual, mas em ambiente institucional. A construção das instituições está relacionada a forma como a sociedade foi desenvolvida, já sabemos que o Brasil vive um processo de naturalização do racismo e predomina uma hierarquia racial, logo, o estado e por consequência as instituições agem de forma a reproduzir a estrutura social.

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça

A universidade por ser uma instituição inserida nesse sistema racista é reprodutora das condições do racismo, essas práticas podem ser exemplificadas na pouca produção de conteúdo com a temática étnico-racial, com a falta de docentes negros e negras nos departamentos das universidades, com a invisibilidade do movimento negro estudantil e a não adesão de suas pautas, na falta de políticas e benefícios para que os/as estudantes pretos e pardos consigam finalizar a graduação, uma vez que estes compõem o grupo de maior evasão, entre outras. Almeida coloca que,

Se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem: a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo – por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero. (ALMEIDA, 2018, p,32)

Os movimentos sociais são responsáveis pelas grandes mudanças e avanços na luta contra a desigualdade social, isso não é diferente com o movimento negro, ele foi responsável pela criação de uma identidade positiva do corpo negro, pela inclusão da temática racial em

espaços diversos, pela desconstrução do debate da democracia racial apesar deste ainda se fazer bem presente na sociedade. As ações afirmativas com enfoque na raça são resultadas da luta contra a desigualdade racial, e apesar de não serem as precursoras foram alvos de duras críticas da sociedade. Aqui interpreta-se ações afirmativas por,

(...) políticas públicas de promoção de igualdade nos setores público e privado, e que visam a beneficiar minorias sociais historicamente discriminadas. Tais políticas podem ser realizadas das mais diversas modalidades e ser aplicadas em inúmeras áreas. (ALMEIDA, 2018, p. 90 e 91)

A Universidade de Brasília foi a primeira universidade federal a implantar o sistema de cotas raciais no Brasil. No segundo semestre de 2004, o *Plano de Metas para Integração Social Ética Racial*, o qual determinava que durante 10 anos 20% das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros, foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. Silva (2021) relata o processo de adoção das cotas raciais na UnB, processo esse marcado por episódios racistas e postura irrelevante das autoridades quanto aos ataques explícitos à comunidade negra acadêmica. O autor narra um episódio violento ocorrido em 1987, quando as paredes do Departamento de Artes Visuais traziam pichações com manifestações racistas incentivando morte aos negros e celebrando o *apartheid*, a postura da Reitoria foi de apenas pintar as paredes sem se aprofundar nos debates de violência racial literalmente expostos na universidade. As reais discussões sobre o episódio foram fomentadas pela comunidade negra alvo da violência, que se organizava na UnB, como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB vinculado ao CEAM, que vale destacar,

Embora houvesse entendimento da Reitoria no sentido de garantir a criação de um núcleo dessa natureza, não existia coragem suficiente para que a administração da UnB arcasse com a responsabilidade pela instauração de um grande debate acerca das ações do combate ao racismo, envolvendo toda comunidade universitária. (DA SILVA, 2021, p. 471)

O projeto *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília* elaborado por Rita Laura Segatto e José Jorge Carvalho, antes de ser encaminhado ao CEPE, foi discutido na academia e os debates comprovavam como o entendimento dos impactos do racismo não eram compreendidos,

Uma série de equívocos, manifestados por docentes, discentes e técnicos administrativos que se opunham às cotas raciais, apoiavam-se em ilações, interpretações rasas e absurdamente superficiais. Justamente na universidade, onde o conhecimento deveria se sobrepor ao senso comum, brotavam ideias infundadas, que se contrapunham às fontes, aos registros, aos dados. (SILVA, 2021, p.474)

Enquanto as discussões e ajustes no projeto aconteciam, alguns avanços no debate racial na universidade e no mundo podiam ser observados, como as organizações de conferências de pesquisadores negros, a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN e suas implementações. A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia deliberou encaminhamento para a adoção de políticas, visando o enfrentamento do racismo no mundo (SILVA, 2021).

O projeto que visava a inserção de mais estudantes negros na UnB não foi totalmente bem recebido, acadêmicos brancos que inclusive orientavam estudantes da pós-graduação acerca das dimensões raciais, se opuseram publicamente à inclusão das cotas. Inocêncio pontua que,

Apesar da justeza dos argumentos, que chegam a ser contundentes, ao explicitar os modos como o racismo estrutura a sociedade ao longo da formação da nação, o posicionamento contrário ao projeto, muitas das vezes se pautava no desbotado discurso de que a questão central no Brasil era a luta de classes. Segundo esse entendimento, as demandas resultantes das tensões entre classes deveriam se situar acima das demais demandas sociais, como se elas fossem um mero reflexo do problema econômico. (SILVA, 1992, p. 480)

O projeto aprovado em 2003, passou ainda por duras críticas da mídia, que apontava as falhas no processo de verificação visual, já que as fotos poderiam ser passíveis de edições que podiam alterar características físicas. A fim de evitar fraudes, em 2006 o mecanismo da fotografia foi substituído por entrevistas com os candidatos, mas as polêmicas não se encerraram nesse caso,

Desde que foi instaurada a seleção por cotas raciais as estratégias para burlar o processo se tornaram cada vez mais perceptíveis. Alegando serem afrodescendentes vários candidatos procuravam trapacear colocando a política em cheque. Seguramente não é possível negar a afrodescendência de quem quer que seja, tampouco, será ela, ainda que distante, a balizar as decisões tomadas pelas bancas, considerando que no Brasil o racismo tem como referência a marca e não a origem (DA SILVA, 1992, p. 482)

Em 2009, o Partido Democratas – DEM, moveu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF nº 186 contra a política de cotas, alegando descumprimento das determinações constitucionais nos parâmetros de dignidade e igualdade, mas em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou a acusação improcedente. Apesar dos ataques, a inclusão de políticas de cotas raciais na UnB serviu de referência para outras universidades. Silva (2021)

destaca que a política reconhece a existência do racismo estrutural, antes do conceito se tornar conhecido.

A política de cotas implementada na UnB passou por um processo de revisão que resultou no relatório Análise do Sistema de Cotas para negros da Universidade de Brasília, elaborado pelo CEPE em 2013. O movimento negro foi peça chave na implementação desse sistema na UnB. O relatório que demonstra o aumento de estudantes negros na universidade ao decorrer dos anos concluiu que a decisão do CEPE da UnB de implementar as cotas para negros e indígenas a partir do 2º semestre de 2004 foi uma medida justa e necessária para diminuir a desigualdade étnica e racial no ensino superior brasileiro. (UNB, 2013, p. 36)

Em 2012, foi sancionada a lei nº 12.711/12 que determina que 50% das vagas das instituições federais associadas ao Ministério da Educação devem destinar suas vagas a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, além disso determina que,

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012, Art.3.).

À medida que completou 10 anos, no dia 29 de agosto de 2022, deverá passar por um processo de revisão como previsto na própria lei, uma vez que ações afirmativas são planejadas sob medidas especiais e em caráter temporário. Entretanto, apesar da maior densidade de estudantes negros nas universidades, estamos longe do fim da desigualdade racial, não há como negar a importância da lei de cotas para os/as estudantes negros. Almeida destaca as consequências dessa inclusão,

Ao permitir que membros de grupos sociais historicamente discriminados participem de espaços em que decisões importantes são tomadas ou que pertençam a instituições que gozam de prestígio, espera-se como efeito político: a) o fortalecimento dos laços sociais, impedindo o isolamento de grupos e retirando a força de práticas discriminatórias; b) o exercício da pluralidade de visões de mundo e a dedução de interesses aparentemente específicos do grupo, que agora, com voz ativa, poderá participar da produção de um “consenso”, dando legitimidade democrática às normas de organização social; c) a redistribuição econômica, uma vez que a maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho é característica marcante em membros de grupos historicamente discriminados. (ALMEIDA, 2018, p. 91)

A UnB conta com o Centro de Convivência Negra – CCN, vinculado a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas – ADAC. Esse espaço é importante para o acolhimento de estudantes negro advindos do sistema de cotas ou não,

o objetivo geral do CCN é o de oferecer ambiente e serviços de apoio aos universitários negros, especialmente aos que ingressarem pelo Sistema de Cotas para Negros, considerando dois objetivos específicos: (1) estimular a identificação do estudante negro com a universidade; e (2) combater o racismo por meio de contínuas atividades de cunho acadêmico e cultural, de intervenção prática no cotidiano da UnB (JESUS, 2015, p. 15)

As medidas para redução das desigualdades sociais, raciais e de gênero não se encerram nas ações afirmativas, podem permitir mudanças na maneira de pensar e agir no cotidiano dos empregos e possibilitar a redistribuição de oportunidades e decisões (COSTA, 2011), desenvolvem um papel importante na representatividade e na inclusão, mas até mesmo uma reforma institucional não significa o esgotamento do racismo estrutural. A universidade é um espaço de formação e produção, é essencial para a formação de uma sociedade comprometida com a igualdade social que se inclua cada vez mais o debate racial, a questão de gênero, de classe, sexualidade, as pautas de pessoas com deficiência e diversos outros campos que estão desfalcados dentro do ambiente acadêmico.

## **2.2. Inserção e debate da questão racial no Serviço Social**

É inegável a relação que o Serviço Social tem com a temática racial, visto que se constitui como uma profissão vinculada a classe trabalhadora, e composta majoritariamente por pretos e pardos, segundo a pesquisa Perfil Profissional de Assistente Sociais realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFSS, 92% da categoria é composta por mulheres, sendo estas 49% negras, 47% brancas e 3% outras como indígenas. A profissão inserida em uma sociedade capitalista e estruturalmente reprodutora de comportamentos racistas, classistas e patriarcais passa por um processo de se desvendar essa lógica e refletir sobre os compromissos de combate as desigualdades sociais.

Alguns períodos são considerados essenciais para entender como o Serviço Social se constituiu como uma profissão comprometida com a classe trabalhadora, cabe destacar o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, o chamado “Congresso da Virada”, que aconteceu em 1979, e representou a ruptura com o conservadorismo e a afirmação do

compromisso com a classe trabalhadora, a partir daí também se tem uma maior aproximação com a teoria marxista. Vale ressaltar que o período anterior ao Congresso da Virada já era marcado por algumas manifestações esporádicas da categoria profissional, que já vinha percebendo a necessidade de renovação do caráter profissional, como por exemplo, o documento de Araxá (1967) e o documento Teresópolis (1970) ambos já trazem aspectos da **perspectiva modernizadora** (NETTO, 2007), porém, essa discussão não se mantém ao longo do tempo em Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), nos seminários seguintes esse debate não foi percebido de tal forma.

A perspectiva modernizadora não se esgota, naturalmente, nas concepções e proposições consagradas nestes dois documentos. Antes, ela encontra impositões e matizes diversificadas em inúmeros trabalhos de profissionais e docentes cujas reflexões se desenvolveram entre a segunda metade dos anos sessenta e o final da década seguinte. (NETTO, 2007 p. 165)

Netto (2007) aponta ainda a **reatualização do conservadorismo** que traz uma perspectiva fenomenológica, trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão (NETTO, 2007, p. 157). O conservadorismo se faz presente na sociedade e no Serviço Social, atualmente. Com o avanço extremo do conservadorismo no governo atual é preciso fortalecer os aspectos que conduzem a profissão, a fim de compreender as intencionalidades da atuação profissional.

Netto (2007) coloca ainda que a **intenção de ruptura**, um outro aspecto do movimento de renovação profissional, se compõe como uma resposta às perspectivas conservadoras que se encontravam na profissão. Ela traz um caráter crítico, e se estrutura nas universidades pois,

Permitiria, se as condições fossem minimamente favoráveis, na conjugação de pesquisa e extensão, o atendimento de necessidade de elaboração e experimentação – e estas eram absolutamente imprescindíveis ao projeto de ruptura. (NETTO, 2007, p. 251)

Os impactos do Movimento de Reconceituação para o Serviço Social são imensos, em dimensões reformistas para a profissão, a inserção da teoria marxista traz uma nova perspectiva para o Serviço Social,

A profissão ao questionar o conservadorismo, que marca sua origem, se desloca gradativamente para a análise da realidade social, a partir da



perspectiva marxista, que compreende a luta social como decorrente da luta de classes. (EURICO, 2018 p. 21)

Eurico (2018) faz uma crítica à atribuição da luta social primordialmente à luta de classes, pois a população negra enfrentou duros desafios na sociedade brasileira, com tentativas severas de apagamento. Eurico ressalta que,

nosso compromisso com a classe trabalhadora precisa considerar necessariamente suas pautas universais, mas também apreender suas particularidades. Entre o universal e o particular se põe um campo de disputas onde certamente o pertencimento étnico-racial, identidade de gênero, a orientação sexual, o lugar ocupado na divisão social e técnica do trabalho revelam a diversidade humana, mas também acirram a desigualdade no interior da própria classe. (EURICO, 2018, p. 2-3)

Com este novo caráter da profissão, foi preciso uma reforma em diversos âmbitos, já que as produções teóricas eram insuficientes para nortear a classe trabalhadora em suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico metodológica. Os movimentos sociais estavam em ferveção durante o período que marcou o movimento de reconceituação e essa agitação contribuiu para que a categoria fortalecesse os grupos formados pela classe trabalhadora e suas demandas que estavam sendo reivindicadas no país.

Pela primeira vez na história da profissão, a questão da não discriminação aparece na década de 1990 como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993 (EURICO, 2018). Resultante deste movimento de reconceituação, traz como um de seus principais fundamentos o compromisso com a eliminação de qualquer forma de discriminação e preconceito, além de reafirmar a necessidade de se incentivar o respeito à diversidade e a participação de grupos que são discriminados. Também como parte de seus princípios está articulação com os movimentos de outras categorias.

O Serviço Social tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, estas podem ser definidas por Yamamoto (2003) como “expressão ampliada das desigualdades sociais e sua produção e reprodução se expressa de formas diferentes e particulares conforme o contexto histórico e social contemporâneo.” A questão social é fruto do sistema capitalista causado pelo sistema de exploração que gera essas desigualdades, mas Eurico faz um recorte muito importante quando diz que,

Ao eleger a questão social como objeto de intervenção, a profissão também desconsiderou por várias décadas, que a complexidade da realidade social Brasileira não está circunscrita apenas ao modo de produção capitalista, precoce entre nós, mas também modularmente vinculada aos séculos de escravidão no Brasil e as condições existentes da população negra, que herdou o legado da invisibilidade, no acesso à riqueza socialmente produzida. (EURICO, 2011, p.98)

Alguns avanços são observados na produção de conhecimento acerca da temática racial no Serviço Social, um exemplo é a criação dos chamados Grupos Temáticos de Pesquisa - GTP, criados em 2010 por unanimidade no XII ENPESS, Encontro Nacional de Pesquisadores e Ensino em Serviço Social. Os grupos foram pensados a fim de fomentar um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento (ABEPPS, 2018). São sete grupos: “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, “Política Social e Serviço Social”, “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” “Movimentos Sociais e Serviço Social”, “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”, “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades”, “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social” e “Serviço Social, Gerações e Classes Sociais” (ABEPPS). Os GTPs são formados de forma dinâmica por pesquisadores que já costumam tratar das temáticas.

O GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” é o único que carrega a temática racial como um dos eixos de estudo e produção. O site da ABEPPS conta com um conjunto de páginas para cada temática, porém o GTP em questão tem uma seção destinada aos textos produzidos, mas a página está vazia. O último “relatório” disponibilizado no site da ABEPPS é referente ao ano de 2018, e traz apenas uma apresentação com dez slides acerca da produção no período e as principais temáticas dentro de cada segmento do GTP. O site desatualizado desmotiva as buscas sobre as produções da equipe de pesquisadores sobre o tema, para acessar os textos é preciso se debruçar em pesquisas que usem como palavra-chave “GTP”, mas os resultados são diversas produções de todos os sete GTPs, é preciso um conhecimento prévio dos/das pesquisadores/as que compõem o grupo para filtrar melhor as produções.

O conjunto CFESS – CRESS lançou uma campanha denominada “*Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*”, entre os anos de 2017 e 2020, essa campanha trouxe o debate do exercício profissional e a sua relação com a temática racial e tinha por objetivo dialogar com a categoria de assistentes sociais, com a população usuária de Serviço Social, com o movimento

negro, além de incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo. Algumas das estratégias eram lançamento de diversos materiais que dialogavam com essa temática, vídeos, cartilhas, ações dos conselhos regionais e vários cartazes. Foi pensada uma movimentação visual para conseguir incluir o debate racial e principalmente de combate ao racismo dentro da categoria profissional, o site da campanha está até hoje com fácil acesso aos materiais produzidos.

Não há como negar a existência de pesquisadores e pesquisadoras assistentes sociais que se empenham na produção acadêmica acerca das dimensões raciais, fomentando assim uma expansão da temática, grupos de pesquisas que estudam os impactos do racismo, a mulher negra na sociedade, as relações étnico raciais e outros conteúdos, mas o que se avalia aqui é a importância de que o ponto de partida das discussões raciais venha cada vez mais das próprias entidades da profissão para uma maior adesão na incorporação e espraiamento da discussão dessa temática entre os profissionais.

A produção acerca da temática étnico racial ainda é muito tímida no Serviço Social, é preciso que a categoria esteja comprometida com a inserção desse debate no campo de atuação e de formação, em um formato transversal, dialogando com os outros parâmetros estruturais da sociedade brasileira, como a desigualdade de gênero e de classe.

### **2.3. A construção das Diretrizes Curriculares de Serviço Social**

As diretrizes curriculares de 1996 do Serviço Social resultam do processo de intenção de ruptura, marcado pelo Congresso da Virada em 1979, elas trazem inovações no sentido de se vincular ao projeto profissional que firmou seu compromisso com a classe trabalhadora. As diretrizes foram pensadas para relacionar teoria, método e prática, e trazem alguns pressupostos norteadores da concepção de formação profissional (ABEPSS, 1996), são eles,

1-O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

Acerca dos elementos que guiam a formação profissional, cabe uma ressalva de Yamamoto e Carvalho (1995),

Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1995, p. 65)

Para compreender os aspectos que movem as relações sociais, e a forma como o capitalismo atua é preciso uma análise social que contenha os aspectos que formaram a sociedade capitalista, este contexto está associado de forma estruturante à formação das relações raciais no Brasil,

O necessário debate da questão étnico-racial efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução, deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais. Sobretudo, quando se tem por horizonte a superação desta sociabilidade, que alcança no atual estágio de crise do capital os patamares mais insustentáveis de vida, gerando a absurda contradição entre o modo de produção e o pleno desenvolvimento das condições de vida e usufruto coletivo do que é produzido por parte de seus/suas reais produtores/as. (ABEPSS, 2018)

Incluso nas diretrizes curriculares estão os Núcleos de Fundamentos, eles são divididos em três: o primeiro **núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social** tem por objetivo,

uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico (ABESS, 1996, p.10.).

O segundo, **Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira**, se refere à forma como a sociedade Brasileira se constituiu em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, além de entender os movimentos que permitiram o desenvolvimento do capitalismo e as desigualdades sociais no país, além das consequências desse sistema. Dentre os objetivos, cabe destacar,

Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma configuração do “mundo do trabalho” (ABESS, 1996, p. 11).

O terceiro, e último núcleo, diz respeito ao **Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional**. Neste núcleo são colocadas as dimensões profissionais do Serviço Social, entendendo o objeto de trabalho como as múltiplas expressões da questão social. O documento faz destaque para a necessidade de uma articulação entre as dimensões do fazer profissional, os elementos fundamentais dos processos de trabalho, e o próprio trabalho.

Os núcleos foram pensados entendendo que,

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida a matérias e disciplinas (ABESS, 1996, p. 8 e 9).

Como já expresso, a questão racial está inserida em um formato estruturante nas relações sociais, e necessita de uma análise histórica, porém nenhum dos núcleos traz a questão racial em seu caráter estrutural, essa ausência compromete a incorporação de disciplinas e atividades com a temática; pode causar um equívoco na formação profissional, e incorrer numa análise

parcial das desigualdades sociais, comprometendo a efetividade da intervenção voltada à eliminação delas.

As Diretrizes Curriculares são bem estruturadas e com uma ligação essencial entre os núcleos de formação, visando formar um profissional completo e comprometido com o caráter interventivo, crítico e emancipador da profissão, porém quando se pesquisa a palavra **raça** no documento não aparece nenhuma vez, apenas a palavra **étnico-racial** aparece duas vezes para explicar que será necessário debater as desigualdades sociais dentre elas étnico raciais

As condições estruturais da nossa sociedade têm estreita relação com a exploração de raça, gênero e classe, produzindo uma intensa desigualdade social. Quando compreendemos que assistentes sociais atuam nas expressões da questão social imbricadas às desigualdades sociais, é uma lacuna profunda não encontrar formas componentes estruturais dessa desigualdade nos documentos que regem a formação e atuação profissional.

### **Capítulo 3 - Análise do currículo de Serviço Social no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília e a presença do debate racial.**

#### **3.1. Entendendo os impactos da reforma curricular de 1982 e das Diretrizes Curriculares de 1996 no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília.**

Conforme expresso no capítulo anterior, a reforma do currículo mínimo de 1982 pode ser entendida como uma consequência do movimento de reconceituação, pois o serviço social adquiria uma nova “roupagem” que passa a necessitar de um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Netto (2007) destaca que este movimento é marcado por três tendências, sendo elas: vertente modernizadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

O processo de construção das Diretrizes Curriculares de 1996, como expresso no próprio documento foi permeado por um intenso debate entre as entidades, com aproximadamente 200 oficinas nas unidades acadêmicas que eram filiadas à Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS (atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS). Esse processo resultou na criação do Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional, esse relatório foi usado como base para a criação do Projeto de Formação Profissional, elaborado e aprovado em 1995, na Convenção Nacional da ABESS.

Cabe a ressalva de que, em 2001, o Ministério de Estado da Educação e do Desporto (MEC) homologou o documento legal onde constam as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Em comparação às Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS, o recente documento traz uma série de cortes, os aspectos étnico-raciais e de gênero são citados apenas na descrição do conteúdo de Classes e Movimentos Sociais, assim como nas DC's de 1996.

Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos. (IAMAMOTO, 2014, p.617)

Em 1996, ainda com o trabalho coletivo entre as entidades e instituições foi elaborado um segundo documento “*Proposta Básica para o Projeto de Profissional: Novos Subsídios para o Debate*” que mais tarde se transformou na *Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social*. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Extraordinária, no Rio de Janeiro, em novembro de 96, trazendo mudanças significativas para a criação de uma

nova formação profissional. Ainda no ano de 1996, foi promulgada a Lei 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que dispõe uma melhor organização da educação nacional, e influenciou na transformação dessa proposta de currículo mínimo nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

O documento *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*, está disponível facilmente no site da ABEPSS. É dividido em pressupostos da formação profissional, os princípios e diretrizes da formação profissional, a nova lógica curricular, os núcleos de fundamentação, as matérias básicas, as atividades indispensáveis integradoras do currículo, além de observações, recomendações e as referências bibliográficas. Dentre os princípios que fundamentam a formação profissional, os princípios 2 e 3 definem:

2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.; 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (ABEPSS, 1996, p.6).

A categoria compreende a necessidade de se analisar a realidade social do Serviço Social e os problemas que o profissional irá lidar, além disso é preciso uma teoria crítica para apreensão da totalidade social. Para tratar com esses aspectos é necessário analisar os impactos da construção histórica do país de forma a entender que as relações raciais, de gênero e de classe se fazem presentes na prática profissional, pois estão presentes na realidade social de forma integral,

Ao fazer a leitura das Diretrizes, se entende que a categoria profissional tem completa percepção da necessidade de se analisar o processo histórico do Brasil, entendendo as consequências que refletem na sociedade até hoje, mas concretamente existe uma dificuldade em encontrar onde estão essas análises e essa discussão na formação profissional. É como se o debate racial, assim como o debate de gênero, estivesse secundarizado entre as muitas outras demandas de estudo. Se a aproximação do Serviço Social em direção ao debate étnico-racial é tímida, há que se problematizar como a profissão vem desvelando os discursos e conceitos sobre essa temática. (EURICO, 2013)

A nova lógica curricular proposta nas diretrizes, forma conjuntos de conhecimentos denominados **Núcleos de Fundamentação**, são propostos três núcleos: fundamentos teórico-



metodológicos da vida social; fundamentos da particularidade do formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

A dimensão racial deveria ser transversal aos três núcleos de fundamentação, pois os núcleos dialogam entre si. O primeiro capítulo do presente trabalho expressa que, a questão racial é parte fundamental da formação sócio-histórica da sociedade Brasileira,

Neste sentido, a questão racial, não é expressão da questão social brasileira, pelo contrário, se constitui em um elemento fundador dela. Tal inversão não é mero jogo de semântica, mas a compreensão das particularidades históricas do país, cujo capitalismo dependente é sustentado pela lógica do colonialismo (EURICO, 2021, p,8).

As DCs trazem um conjunto de matérias básicas capazes de expressar o conteúdo necessário para a formação profissional, as matérias são: Sociologia; Ciência Política; economia política; filosofia; psicologia; antropologia; Formação sócio-histórica do Brasil; Direito; Política Social; Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social; Processos de Trabalho do Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa Social e Ética Profissional. Além disso o documento traz atividades indispensáveis como estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. Em conjunto com as matérias estão os conteúdos a serem abordados para contribuir na formação profissional.

as Diretrizes Curriculares para o Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) expressa a necessidade da apreensão de diferentes matrizes do pensamento social articulada a uma base de informações histórico-críticas acerca da formação da sociedade brasileira em suas dimensões rural e urbana, bem como as múltiplas formas de desigualdades sociais e processos de exclusão econômicos, políticos e culturais. (ABEPPS, 2021, p. 4)

A trajetória do Serviço Social na UnB se iniciou em 1971, nessa época o currículo era baseado no Currículo Mínimo do Conselho Federal de Educação para as Escolas de Serviço Social e contava com disciplinas como Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, disciplinas de estágio e de Teoria do Serviço Social, essas matérias priorizavam a teoria,

bem como a ênfase metodologista, cujo debate privilegia a definição de um modelo de intervenção e o ensino das técnicas e dos instrumentos, ilustradas por um fabuloso manual operativo de como “fazer Serviço Social”. (BARROSO; GOIN, 2020, p, 114.)

Quando a reforma curricular começou a ser debatida, em 1993, a Universidade de Brasília se inseriu neste processo em três momentos,

1) início, em 1994, quando foi nomeada a primeira Comissão de Revisão; 2) entre 1995 e 1996, quando a referida Comissão, ao contar com novos membros, promove a adaptação do currículo em vigência; e 3) após a aprovação da Proposta Básica, em 1996, quando se deliberou pela revisão curricular a partir das orientações dispostas no documento legitimado em convenção, pela agora ABEPSS. (BARROSO; GOIN; p.115)

O primeiro momento, em 1994, diz respeito ao início das discussões acerca da revisão curricular, a comissão do Departamento de Serviço Social da UnB – SER, se dedicou a encontrar as incoerências do currículo em vigor, com base nas contribuições dos/as docentes, discentes e profissionais, algumas reflexões norteavam esse processo, como a idealização do perfil profissional que se almejava formar, a relação da proposta pedagógica com o currículo, a dimensão teórico-metodológica e esses aspectos resultaram no documento Proposta de Reforma Curricular da UnB. O segundo momento, dá continuidade a esse processo, trazendo mudanças curriculares como a inserção de disciplinas de Fundamentos do Serviço Social na universidade, entendendo a importância de se relacionar história, teoria e método. O terceiro momento, está relacionado a implantação do novo currículo embasado nas recém aprovadas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social e as mudanças a serem realizadas no SER para a implementação das orientações do documento.

A aprovação das Diretrizes Curriculares representou um marco na formação profissional, porém expôs a necessidade da criação de novos currículos ou reforma dos currículos vigentes nas unidades acadêmicas. Apesar da participação na criação das diretrizes, o trabalho do SER estava apenas se iniciando, foi preciso se intensificar na implementação das diretrizes para a criação de um currículo que atendesse as especificidades da UnB.

Entre 2000 e 2001, o departamento de serviço social da UnB se dedicou a reforma curricular do curso de Serviço Social, com intenção de seguir as orientações das diretrizes curriculares e da ABEPSS, além de atender as demandas internas da categoria profissional. Em 2002, se consolidou o programa de doutorado em Política Social, esse período representou mudanças significativas para o departamento, pois o número de alunos da graduação dobrou e aumentaram as vagas para a pós-graduação.

O currículo de 2001, faz uma relação entre as matérias básicas das DCs e as disciplinas do currículo de Serviço Social com a intenção de criar um perfil profissional capacitado para trabalhar com as expressões da questão social por meio das políticas públicas, com capacidade criativa e propositiva e comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.

### **3.2. O Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília**

O SER passou por um processo de avaliação e revisão do currículo até então vigente no período entre 2007 e 2009, este processo resultou no **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Serviço Social Diurno**, documento que é encontrado no site do SER, a reforma tem por justificativa as transformações sociais ocorridas no período entre os currículos, compreendendo que,

A formação profissional da assistente social, no contexto atual, deve enfrentar tanto os desafios das mudanças globais das relações sociais como as especificidades da profissão. Em especial, enfrentar as situações de desemprego e redução das políticas sociais sem perder a perspectiva de defesa dos direitos sociais universais, orientados por uma visão interdisciplinar. (SER, 2011, p. 15.)

O documento traz como **objetivo geral**,

Consolidar uma formação profissional de caráter generalista e crítica, com sólido embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possibilite ao futuro assistente social a apreensão do significado social da profissão, a compreensão dos desafios impostos pela realidade social e a capacidade de materializar as possibilidades de ação nela contidas. (SER, 2011, p. 16)

E uma série de objetivos específicos que se relacionam com uma formação crítica, criativa, interventiva e investigativa, com o estudo de conteúdo específicos e interdisciplinares capazes de compreender a realidade social e seus aspectos, além da preparação de profissionais capacitados para intervir nas expressões da questão social.

A carga horária mínima para o curso de Serviço Social é de 3000 horas, sendo 2100 horas referentes às disciplinas obrigatórias, e as restantes 900 horas referentes às disciplinas optativas, podendo ainda solicitar créditos de atividades complementares, correspondentes à no

máximo 6 créditos. Um aspecto essencial na formação profissional do/a assistente social, são as disciplinas de estágio, estas disciplinas são obrigatórias e divididas em estágio supervisionado I e Estágio Supervisionado II com carga horária de 240 horas cada, sendo 210 horas em campo e 30 horas de supervisão acadêmica.

O documento trata ainda das orientações com relação ao trabalho de conclusão de curso - TCC, atividades complementares e de extensão, o atendimento às diretrizes curriculares nacionais que dispõe sobre as legislações e documentos utilizados como referências para a construção do projeto, o uso de tecnologia da informação e comunicação, avaliação do processo de ensino e aprendizagem, avaliação e acompanhamento da organização administrativa e acadêmica e estrutura física.

A distribuição curricular no projeto político pedagógico está disposta de acordo com os núcleos de fundamentação. A distribuição das disciplinas pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1- Disciplinas Obrigatórias e Optativas do Departamento de Serviço Social segundo o PPC

<b>Núcleos de Fundamentação</b>	<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<b>Disciplinas Optativas</b>
Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução a Sociologia</li> <li>• Economia Política e Capitalismo</li> <li>• Teoria Sociológica I               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Social</li> </ul> </li> <li>• Introdução à Filosofia</li> <li>• Introdução à Psicologia               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução à Antropologia</li> </ul> </li> <li>• Questão Social e Serviço Social               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho e Sociabilidade</li> </ul> </li> </ul>	-
Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução ao Serviço Social</li> <li>• Questão Social e Serviço Social</li> <li>• Movimentos Sociais</li> <li>• Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questão urbana e Política habitacional</li> <li>• Política Social - Educação</li> <li>• Política Social - Trabalho</li> <li>• Gênero, Raça/etnia e Política Social</li> <li>• Envelhecimento e Política Social</li> </ul>

---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II</li> <li>• Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III</li> </ul>	
<hr/>		
<p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução ao Serviço Social</li> <li>• Questão Social e Serviço Social</li> <li>• Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social I</li> <li>• Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social II</li> <li>• Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social III             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho e Sociabilidade</li> </ul> </li> <li>• Processos de Trabalho e Serviço Social I</li> <li>• Processos de Trabalho e Serviço Social II             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seguridade Social I</li> <li>• Seguridade Social II</li> <li>• Seguridade Social III                 <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa social I</li> <li>• Pesquisa social II</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>• Métodos e Técnicas em Pesquisa Social             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estágio em Serviço Social I</li> <li>• Estágio em Serviço Social II</li> </ul> </li> <li>• Fundamentos Éticos e Ética profissional             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento, Administração e Gestão Social</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questão urbana e Política habitacional</li> <li>• Política Social - Educação</li> <li>• Política Social - Trabalho</li> <li>• Gênero, Raça/etnia e Política Social</li> <li>• Envelhecimento e Política Social             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Infância, Adolescência e Cidadania</li> </ul> </li> <li>• Análise de Políticas Sociais</li> <li>• Prática de Pesquisa Social I</li> <li>• Prática de Pesquisa Social II</li> <li>• Prática de Pesquisa Social III</li> <li>• Prática de Pesquisa Social IV             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Práticas de Informática em Serviço Social</li> </ul> </li> <li>• Tópicos Especiais em Pesquisa social</li> <li>• Tópicos Especiais em Serviço Social</li> <li>• Tópicos Especiais em Política Social</li> <li>• Relações Sociais, Família e Serviço Social</li> <li>• Novas Técnicas em Pesquisa social</li> </ul>

---

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social não conta com disciplinas optativas, já os núcleos de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional contam com disciplinas obrigatórias e optativas obtendo, inclusive, disciplinas em comum.

A única disciplina ofertada pelo Departamento de Serviço Social – SER que insere de forma primordial as dimensões de raça e gênero é a disciplina de **“Gênero, Raça/etnia e Política Social”**, esta mesma disciplina tem se mostrado insuficiente para atender as demandas dos/estudantes, fato que comprova a necessidade de se pensar em mais disciplinas que tenham o debate racial como temática central no SER. É possível encontrar disciplinas que discutam a temática em outros departamentos, mas inserido no Serviço Social o estudo toma outro aspecto que pode se conectar à atuação profissional. Além disso, não existe no âmbito da Universidade de Brasília atualmente, nenhum componente curricular de caráter obrigatório com centralidade na questão racial.

Em frente ao título das disciplinas consta um breve resumo do que se é esperado tratar na disciplina, a ementa. Apenas a disciplina de gênero, raça e etnia faz relação com a problematização desses aspectos na formação social do Brasil, apesar da potencialidade de outras disciplinas de inserir estes debates de forma interdisciplinar e transversal.

**O Projeto Político Pedagógico do Curso noturno** é resultado do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI, instituído pelo MEC em 2007. O Departamento de Serviço Social da UnB se debruçou na criação do projeto no mesmo período em que se fazia a revisão curricular de 2001, a criação do curso no período noturno é importante pois,

Resulta de um processo histórico continuado da categoria profissional dos assistentes sociais e das unidades de formação em Serviço Social, que busca uma avaliação contínua entre formação profissional e as demandas colocadas para o trabalho profissional no marco do processo de reestruturação da sociedade capitalista. (SER, 2011, p.1)

O programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI integra o plano de desenvolvimento da educação (PDE) e tem por objetivo expandir o acesso ao ensino superior, além de,

garantir as universidades condições necessárias para aplicação do acesso à permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovação de acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, após gravação, a educação básica e educação profissional e tecnológica. (MEC-SESU, 2009, p. 3)

De acordo com o Relatório de Primeiro Ano (2009) a Universidade de Brasília está entre as 42 universidades que foram chamadas em outubro de 2007 para implementar o programa no primeiro semestre de 2008. O Relatório Anual de Gestão 2007 da UnB traz que as expectativas eram altas,

Estima-se que a implantação do Projeto trará à Universidade o volume de investimentos necessários à consolidação do Campus Darcy Ribeiro, à ampliação do campus de Planaltina, e à construção de novos campi de Ceilândia e Gama, além de polos em outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. (UNB, 2007,

No que tange ao Serviço Social, a incorporação ao REUNI possibilitou a inserção de mais estudantes, além da criação no curso noturno para atender trabalhadores/estudantes e reivindicar junto às instâncias superiores da UnB as condições adequadas para a ampliação do Departamento.

A adesão ao REUNI considerou uma antiga demanda de *criação do curso noturno para atender trabalhadores/estudantes* e reivindicou junto às instâncias superiores da UnB as condições adequadas para a ampliação do Departamento, preservando e melhorando a qualidade tanto do curso diurno como do noturno, em processo de criação. A contratação de mais docentes para o Departamento de Serviço Social – SER, a formação de um corpo docente qualificado e integrado, e ampliação do espaço físico do departamento, foram as principais condições requeridas (SER, 2011, p. 4)

Os estudantes que ingressam o turno noturno têm duração de formação de 4 anos e meio, com diferença de um semestre a mais em relação ao diurno, além disso as aulas se concentram somente no turno da noite enquanto no curso diurno as aulas são pela manhã e pela tarde. A carga horária é a mesma e as formas de ingresso, também sendo possível pelo vestibular (Sistema Universal e Sistema de Cotas), Programa de Avaliação Seriada - PAS, transferência facultativa, transferência obrigatória, aluno estrangeiro e mudança de curso.

Um aspecto importante da criação do curso no período noturno é a oportunidade de se inserir estudantes que vivenciam uma jornada de trabalho durante o dia, e a equipe docente do SER se dedicou a pensar no quadro de professores capacitados para atuar com qualidade no ensino dos/as estudantes do período noturno atendendo a suas particularidades. Dentre as justificativas expostas no Projeto para a ampliação do Curso de Serviço Social na UnB associada ao contexto de sua elaboração, estão a demanda de servidores públicos no campo de trabalho com as políticas públicas, entendendo que o Distrito Federal tem particularidades marcantes, além disso, em 2003, houve a criação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a ampliação de programas de transferência de renda, demonstrando o aumento da demanda por assistentes sociais.

O Projeto Político Pedagógico do curso noturno se assemelha em muitos aspectos com o PPC diurno, porém existe um realce no entendimento de que os/as estudantes que integram o

curso no período noturno geralmente exercerão atividades de trabalho remunerado no período diurno. O que se faz importante para que o debate na temática racial seja inserido de forma ainda mais imprescindível. Outro aspecto importante disposto nos princípios do PPC noturno é a indissociabilidade do **ensino, da pesquisa e da extensão**, o que se torna um desafio para o estudante trabalhador do turno noturno, visto que grande parte das atividades de pesquisa e extensão são ofertadas no período diurno.

O curso noturno agregou ao curso Serviço Social da UnB um perfil de estudantes que trazem suas especificidades, o que representa a inserção de novas demandas observadas ao longo do tempo pela própria comunidade acadêmica do SER e são acordadas em sala com os professores, como por exemplo, a liberação mais cedo para facilitar na volta para casa visto que vários estudantes não residem próximo a Universidade e ir embora tarde representa um risco para muitos que moram em lugares com altas taxas de violência, a compreensão de que o rendimento de um estudante que já cumpriu uma carga horária de trabalho extensa durante o dia não será a mesma de um estudante do diurno que chega a universidade pela manhã já descansado. Se manter na graduação é uma tarefa difícil para muitos estudantes, a romantização de uma rotina sobrecarregada esconde os desafios que compõem a vida de um estudante trabalhador, porém ter a opção de poder ingressar em uma universidade pública representa para muitos uma oportunidade de qualificação e possível melhoria de condições.

### **3.3 Observações acerca do atual currículo do Departamento de Serviço Social e as principais temáticas abordadas.**

A análise da presença do debate racial no curso de Serviço Social da UnB foi realizada por meio de pesquisa documental dos **Projetos Políticos pedagógicos do Curso Serviço Social nos turnos diurno e noturno**, analisando o formato e a frequência como se está presente o debate racial tomando por base os **núcleos de fundamentação** para análise de disciplinas que podem trabalhar os aspectos étnico raciais com base no estudo da descrição presente no próprio PPC.

Que a temática racial precisa estar presente na formação dos/as assistentes sociais é um fato, mas a forma que essas discussões são construídas dentro das disciplinas do SER ainda precisa ser discutida. Ambos os projetos trazem aspectos norteadores do perfil profissional, um deles é expresso como,



A apreensão das particularidades de constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço social no país, o que pressupõe uma investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que configuram a sociedade brasileira; (SER, 2011, p. 21).

Compreender a formação histórica bem como o desenvolvimento do capitalismo no país impactam no entendimento das particularidades desse processo, influenciando na maneira como lidamos com as consequências do sistema capitalista e com múltiplas expressões da questão social. As desigualdades sociais são resultado do processo de formação do país e se multiplicam e seguem se reproduzindo neste sistema capitalista-heteropatriarcal-racista, sendo assim,

Reduzir as desigualdades sociais à sua determinação micropolítica, sem levar em conta o racismo que funda as relações sociais no Brasil, é, ao mesmo tempo, insistir na visão de unicausalidade que permeia o debate da “questão social” no Serviço Social e optar pelo discurso tosco de que existe uma democracia racial no país. Se do ponto de vista teórico-metodológico, esse posicionamento implode o próprio método que orienta o debate hegemônico e a direção social da profissão -por não levar em conta que o conhecimento da questão social deve ser o das suas múltiplas determinações-, do ponto de vista ético-político, esse posicionamento não coaduna com a construção de um projeto societário no horizonte da emancipação humana, defendido hegemonicamente pela categoria profissional. (EURICO, 2021 p. 300)

Fazendo uma pesquisa do termo **raça** no PPC diurno, a palavra é encontrada 13 vezes, todas elas se relacionando à disciplina “**Gênero, Raça/Etnia e Política Social**”. Esta disciplina é ofertada de forma optativa, com 04 créditos e carga horária de 60 horas, seguindo o fluxograma esta disciplina é cursada no 9 semestre. Relaciona-se com o Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, destacando as contribuições conceituais e a problematização da institucionalidade dessas questões no Brasil (SER, 2011). Também se relaciona com o Núcleo de Fundamentos do trabalho profissional, destacando as contribuições destas questões na atuação profissional e nos afazeres éticos políticos da profissão. A disciplina traz em sua ementa, disposta no PPC com as bibliográficas básicas e complementares, uma breve contextualização das temáticas a serem abordadas em aula, trabalha de forma a lidar com a interseccionalidade dos termos de gênero, raça, etnia e classe social, entendendo os movimentos de mulheres, negro e as políticas sociais que se relacionam com o tema. Não se pode descartar que raça e gênero carregam seus próprios elementos que implicam análises específicas, sem romper com suas interseccionalidades. Além disso, a junção das temáticas pode ocasionar a supressão ou invisibilidade de algum dos debates, correndo o risco de personalizar a condução da disciplina nas tônicas de pesquisa mais afins a cada docente que a assuma.

A disciplina de **Movimentos Sociais** é colocada pelo PPC como obrigatória, tendo 04 créditos e carga horária de 60 horas, a disciplina é prevista para ser cursada no 3 semestre. Se relaciona com o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e tem por intuito possibilitar a análise da formação e constituição de movimentos sociais, no marco das particularidades brasileiras, estabelecendo uma relação entre classe, estado, e movimentos sociais. (SER, 2011). A breve descrição disposta nos PPCs diurno e noturno não traz de forma explícita a necessidade de se inserir o movimento feminista ou negro em seus conteúdos, ficando assim à mercê do docente fomentar esse debate em sala. Como antes expresso, o Movimento Negro foi responsável por diversas conquistas e garantia de direitos para a população negra, além de fomentar o debate racial nos espaços acadêmico e sociais, durante essa disciplina o estudante, caso o/a discente observe a importância desse movimento, terá a acesso a formação do Movimento Negro entendendo sua importância para a ascensão da população negra.

**Política Social** é uma disciplina de caráter obrigatório, com 04 créditos e carga horária equivalente a 60 horas. Segundo o fluxograma é uma disciplina a ser cursada no 2º semestre. Durante a disciplina o/a discente deve compreender as condições sociais e de emergência para a criação das políticas sociais, além de suas teorias e seu papel na sociedade. O documento não traz nenhuma referência ao debate racial na disciplina de política social o que é uma lacuna, pois a disciplina se relaciona ou deveria se relacionar centralmente com racismos estrutural e institucional na formulação e implementação de políticas sociais que mascaram os grandes motivos que geram essas desigualdades sociais.

A disciplina de **Questão Social e Serviço Social** se encontra no currículo como obrigatória, com carga horária de 60 horas concedendo ao discente 04 créditos. A disciplina é cursada no primeiro semestre, de acordo com o fluxograma do PPC. A questão social se consolida como objeto de trabalho do assistente social, e é necessário assimilar o processo de surgimento das expressões da questão social, suas particularidades no país e sua intensa relação com o modo de produção no capitalismo, uma vez que é desse sistema que ela emerge. No que tange à questão racial, Eurico destaca que,

apesar dos avanços na produção de conhecimento acerca das relações étnico-raciais na área de Serviço Social, ainda persiste a visão dominante de que o racismo é uma expressão da questão social, o que favorece a invisibilidade da sua condição de determinação e, portanto, de traço constitutivo e elemento estrutural na realidade brasileira. (EURICO, 2021, p.7)

Eurico explica que o racismo é um elemento fundador da questão racial, consequência da formação histórica do Brasil e do racismo estrutural. Essa temática e crítica poderiam ser

incorporadas aos debates da disciplina de questão social, principalmente por sua centralidade como próprio objeto profissional e por ser a porta de entrada de estudantes no curso de Serviço Social.

Uma outra possibilidade de inserção do debate racial é a disciplina de **Trabalho e Sociabilidade**, ofertada de forma obrigatória para os/as estudantes de Serviço Social. Durante a disciplina o/a estudante compreende termos como trabalho produtivo e improdutivo, abstrato e concreto, entende acerca da divisão sexual e social do trabalho, além de compreender como a sociedade capitalista produz e se apropria da riqueza. Entender os impactos do sistema capitalista na classe trabalhadora requer a inclusão das dimensões de gênero, raça e classe, pois somente assim pode existir um verdadeiro entendimento das relações sociais historicamente e na contemporaneidade. A compreensão da divisão racial do trabalho é central neste processo, porém não se faz presente na ementa da disciplina.

Algumas disciplinas optativas podem dialogar com o debate racial, como **Política Social – Educação**. Durante o estudo nessa disciplina o/a estudante analisa as teorias e práticas das políticas educacionais, além de compreender as relações entre sociedade, estado e educação, fazendo uma linha do tempo no processo de regulamentação da educação como um direito, além de compreender outras legislações da área. Também é possível fazer o estudo da política de assistência estudantil e as participações do serviço social na área.

Quando se fala em acesso à educação, a população negra é a última desta fila, os impactos do racismo refletem em diversos campos e a educação não está de fora, as escolas e universidades são instituições estruturalmente racistas. Como forma de amenizar essa situação, existe a implementação de políticas de ações afirmativas, é o caso do sistema de cotas implementado na UnB. Em 2018, dados da pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, feito pelo IBGE, demonstraram que 50,3% de pretos e pardos cursavam o ensino superior marcando pela primeira vez mais da metade de matrículas em universidades públicas, esse fato se deve à implementação de ações afirmativas que contribuíram para a inserção da população negra no ensino superior.

A disciplina de **Política Social – Trabalho**, ofertada de forma optativa, com carga horária equivalente a 60 horas, de acordo com o fluxograma é cursada no 4º semestre. A disciplina propõe analisar o movimento operário e sindical no Brasil, o processo de concretização do direito ao trabalho à cidadania, a necessidade da política do trabalho e os impactos de sua ausência, além do mercado de trabalho no Brasil e sua relação com o serviço social. As dimensões de raça também poderiam se inserir nessa discussão, uma vez que quando se fala de taxas de desemprego a população negra também domina essas estatísticas, o racismo

institucional se faz presente em diversas instituições e empresas impossibilitando a inserção de mais profissionais negros e negras no mercado de trabalho. Segundo dados da pesquisa *Inserção da população negra e o mercado de trabalho*, realizada pelo departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos – DIEESE, as taxas de subutilização da força do trabalho no 2º trimestre de 2021 é de 40,9% para as mulheres negras e 26,9% para os homens negros.

Seguindo o Projeto Político Pedagógico à risca, as discussões acerca da temática racial só estão presentes na disciplina específica de **Gênero, Raça/Etnia e Política Social**, mas como exposto, é possível dialogar com as outras disciplinas do curso a fim de compreender e aprofundar a construção das relações raciais e de gênero na formação sócio-histórica brasileira e as desigualdades presentes nesse processo. Diversas disciplinas do curso de Serviço Social na UnB poderiam potencialmente incluir as dimensões de gênero e raça em suas ementas, mas esse processo muitas vezes fica sob responsabilidade do/da próprio/a docente, que avalia a importância para a formação profissional de inserir ou não esses aspectos estruturantes em suas ementas, geralmente fazendo se tiver proximidade e afinidade com o debate em suas pesquisas.

Cabe não só ao Departamento de Serviço Social avaliar a inserção das temáticas racial, de gênero e classe, mas às próprias entidades, pois como já exposto, as temáticas se fazem pouco presentes nas Diretrizes Curriculares. Deixar a inserção da temática por entendimento e vontade própria dos/as docentes em suas disciplinas, em especial as de caráter obrigatório, pode não ser suficiente para formar profissionais habilitados a identificar e atuar interventivamente em situações no que tange às dimensões raciais e de gênero, com uma análise crítica e completa das situações enfrentadas pela população negra. É importante refletir acerca de uma disciplina que traga centralmente a temática racial, e em outras de forma transversal, pois as relações sociais estão estruturalmente ligadas às condições de gênero, raça e classe. Quando se disponibiliza apenas uma disciplina que tem por objetivo essas intersecções de forma optativa, se exclui a compressão de tantos outros estudantes do curso que não se interessam ou não têm oportunidade de cursar a disciplina, mas vão se formar atuando diretamente nos conflitos de gênero e raça.

### **Considerações Finais**

As desigualdades sociais, raciais e de gênero estão inseridas na sociedade capitalista, apesar de serem anteriores a este modo de produção inerentemente injusto e autodestrutivo. O Serviço Social compreende a forma como essas desigualdades são produzidas e reproduzidas e inclusive atua diretamente nestas, porém, durante a formação profissional, que tem por objetivo preparar profissionais capacitados a intervir criticamente, os aspectos da formação social, política e econômica do Brasil não são analisados em sua totalidade, pois não se inserem suficientemente os aspectos de gênero e raça. A timidez do debate da interseccional na formação em Serviço Social resulta no entendimento parcial das relações sociais, o que infere diretamente na atuação profissional. A categoria é comprometida com o combate à desigualdade racial, mas precisa inserir de forma efetiva os estudos dos históricos desafios postos na contemporaneidade à população negra e feminina, pois os debates de gênero também não podem ser estudados sem os aspectos raciais e vice-versa.

A percepção equivocada de que o racismo e o sexismo não impactam de forma estrutural na nossa sociedade vem sendo propositalmente construída ao longo dos anos, o racismo estrutural se mascara historicamente no Brasil sob o véu da miscigenação, e o patriarcado vem se consolidando na perspectiva de poder e hierarquia sobre as mulheres. O compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora é também o compromisso com a população negra e as mulheres, sendo assim o desenvolvimento de um pensamento crítico interseccional é necessário para a atuação profissional que busque combater as desigualdades de acordo com um Projeto Ético-Político de transformação societária, só possível se antirracista, feminista e anticapitalista.

A universidade reproduz o racismo institucional, o movimento estudantil negro percebe e demanda por maior atenção às pautas raciais, mas sua voz nem sempre é escutada, por isso a necessidade de as entidades da categoria? cumprirem o seu papel em dispor maior visibilidade às excelentes produções de pesquisa e extensão que são silenciadas.

A análise dos projetos políticos pedagógicos do curso de Serviço Social na UnB demonstrou a pouca inserção do debate racial e de gênero no decorrer da formação profissional, é evidente que a vivência na universidade não se esgota nas disciplinas cursadas, pois a universidade proporciona pesquisa e projetos de extensão, além das próprias trocas entre estudantes. Entretanto, as experiências alheias à sala de aula ficam a critério livre do/da discente, que se insere em espaços com os quais tem mais proximidade temática, curiosidade de pesquisa ou possibilidade, muitas vezes cerceadas por sua situação financeira ou de estudante trabalhador/a, em especial considerando a realidade do curso noturno.

A disciplina de gênero, raça, etnia e política social é ofertada de forma optativa e não traz a especificidade no debate racial, a singularidade da temática é o reflexo do caminho que ainda se pode percorrer, os estudos raciais carregam suas particularidades, o que não significa romper com a perspectiva da interseccionalidade. Como já expresseo no trabalho, as dimensões raciais e de gênero dialogam de forma intensa com o Serviço Social e essas discussões precisam se inserir o quanto antes no conteúdo do curso.

Também é um desafio urgente discutir a introdução do debate e conteúdos sobre raça de forma transversal em várias disciplinas ofertadas pelo Departamento de Serviço Social da UnB. As consequências dessa inserção podem variar entre o aumento da bagagem teórica dos/as estudantes até a intervenção qualificada no fazer profissional. O compromisso da categoria profissional firmado no código de ética da profissão está, entre outros, em combater a discriminação, e para efetivar essa prática, é necessário o conhecimento prévio e aprofundado do cerne das desigualdades.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.
- BARROSO, Hayeska Costa; GOIN, Mariléia. **O Serviço Social da Universidade de Brasília no compasso das Diretrizes Curriculares**. *Temporalis*, v. 20, n. 40, p. 112-127, 2020
- BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em 12 de agosto de 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento. Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.
- COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFSS. Perfil Profissional de Assistentes Sociais. 2022. Disponível em: <<http://mulheresassistentessociais.com.br/perfil-da-categoria/>> Acesso em: 16 de set. 2022.
- COSTA, Anabelle Carrilho da. **Ações afirmativas de gênero e trabalho: o Programa Pró-equidade de Gênero na Eletronorte**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.
- DA SILVA, Nelson Fernando Inocencio. **DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM BREVE MAPEAMENTO DA LUTA NEGRA. Revista da ABPN**• v, v. 13, n. 38, p. 468-486, 2021
- DA SILVA, Sandra Regina Vaz; DE ASSIS, Eliane Santos. **PROTAGONISMO E CONTRIBUIÇÕES DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NA RENOVAÇÃO DO**

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Oliveira Silveira na UnB: Memória Coletiva e Políticas de Inclusão Racial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 7, n. 15, p. 04-24, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*, v. 12, p. 100-122, 2007.

EURICO, Márcia Campos et al. **Formação em Serviço Social: Relações Patriarcais De Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.** *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 293-303, 2021.

EURICO, Márcia Campos. **Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as).** 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018

EURICO, Marcia Campos. **Questão racial e serviço social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social.** 2011. 143 f. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em:< <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17519>>

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** *Serviço Social & Sociedade*, p. 608-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **A Questão Social no Capitalismo.** *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).* *Temporalis*. Ano II, nº3. 2001

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/34641-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cai-em-22-das-27-ufs-no>>



[segundo-trimestre-de-](#)

[2022#:~:text=A%20taxa%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20por,pardos%20\(10%2C8%25\)>](#). Acesso em: 17 set. 2022.

LOPES, Tabita Tiede. **A família Prado em São Paulo: imigração e branqueamento em fins do século XIX**. I Seminário Internacional Brasil no Século XIX, 2007

LORDE, Audre et al. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro - Série Princípios**. São Paulo: Editora Ática SA, p. 83, 1992.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos avançados**, v. 18, p. 209-224, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana**. (Capitania de São Paulo, 1697-1780). 2014.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. **Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional**. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

SER/UnB – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Diurno**. Brasília (DF), 2011a.

SER/UnB – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Noturno**. Brasília (DF), 2011b.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. *Revista usp*, n. 53, p. 117-149, 2002.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Análise do Sistema de Cotas para Negros da Universidade de Brasília** – Período: 2º Semestre de 2004 a 1º Semestre de 2013. Decanato de Ensino e Graduação. 2013